

Não há mais espaço para “caixinhas do Adhemar”

Álvaro Fakredin

Em 1950, durante as campanhas eleitorais nacionais, Adhemar de Barros foi um político que ganhou a pecha maledicente “rouba, mas faz”, devido às acusações de desvio de verbas públicas no período em que era chefe do executivo paulista. Jocosamente, seus adversários passaram a dizer que existia a “caixinha do Adhemar”, uma espécie de arrecadação de dinheiro e de troca de favores. E diziam que a transação era feita entre os “bicheiros”, fornecedores, empresários e empreiteiros que desejavam algum benefício do governante. O fato é que, com o passar dos anos, este mesmo velho jargão conhecido pelos brasileiros passou também a ser relacionado a inúmeros outros políticos e em todos os recantos da nação. Fazer e “levar vantagem, porém também fazer acontecer”, parecia salvo conduto político para este conhecido na gestão das coisas públicas.

O fato é que a expressão “caixinha” não é uma invenção dessa época do Adhemar. Os primeiros expedientes dessas práticas no Brasil datam ainda do século XVI e nossa história registra casos, por exemplo, de encarregados de combater o contrabando e outras transgressões contra a coroa portuguesa que, ao invés de cumprirem suas funções, praticavam o comércio ilegal de produtos brasileiros como pau-brasil, especiarias e tabaco. Vale lembrar que tais produtos somente poderiam ser comercializados com autorização do rei, mas acabavam nas mãos dos contrabandistas, resultando em um ambiente administrativo e empresarial favorável à prática da corrupção.

Nos séculos seguintes, o Brasil se consolidou como país continental e como tal passou inclusive a firmar acordos internacionais para enfrentar males como esse, que o mundo enfrenta e combate há muito tempo. Assim, neste início de século XXI, passamos, nós brasileiros, a enaltecer também o Dia Internacional de Combate à Corrupção, celebrado no dia 9 de dezembro, como referência à assinatura do acordo da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, realizada em 2003, na cidade mexicana de Mérida, como estímulo ao desenvolvimento e à implementação de iniciativas de luta nesse tema.

Se, no século XVII, o padre jesuíta Antônio Vieira ajudava a expor a corrupção da época através dos muitos sermões – como o [Sermão do Bom Ladrão](#) – diferentemente daquele tempo, hoje, no Brasil, possuímos várias Instituições de Estado incumbidas de exercer tal função: os Ministérios Públicos Federal e Estadual,



CONACI

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE INTERNO

os Departamentos de Polícia Federal e as Polícias Estaduais, os Tribunais de Contas da União e dos Estados, e, ainda no âmbito do mandamento constitucional, os órgãos responsáveis pelo Controle Interno dos Poderes, como as Controladorias-Gerais da União, dos Estados e dos Municípios.

No auge de seus quase 70 anos de existência, o órgão de Controle Interno do Estado Gaúcho, a CAGE – Contadoria e Auditoria-Geral do Estado é um desses organismos quando o assunto é controle de gestão fiscal, transparência, orientação ao gestor e, especialmente, combate à corrupção. Não obstante o seu papel constitucional de fiscalização com a responsabilidade de emitir opinião sobre a gestão e seus gestores, particularmente nestes últimos três anos, a CAGE vem contribuindo muito com ações que visam também ao aumento da competência e eficácia do Estado e ao maior empoderamento da sociedade sobre suas ações. Iniciativas como o PILAS R\$, Plataforma de Informações de Livre Acesso à Sociedade, lançada pela CAGE em 2016, primeiro *app* no país, que possibilita, na palma da mão, consultas a mais de 150 mil dados de despesas e receitas e informações sobre todos Poderes, Órgãos, Fornecedores e Servidores. Na esteira da transparência, controle social e gestão, desenvolveu também o Portal de Convênios e Parcerias (<http://www.convenioseparcerias.rs.gov.br/inicial>), uma ferramenta em ambiente *web* que organiza e sistematiza os repasses financeiros com prestações de contas digitais, dos recursos concedidos a organizações sociais – OSCIPs e prefeituras municipais.

E não parou por aí. O Sistema de Gestão de Obras (SGO), lançado neste 2017, em parceria com a Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação (SOP), é mais um produto que promove a transparência e a eficiência, desta vez no controle da execução das obras públicas, produzindo melhorias também em seus processos de orçamentação e de padronização. Neste final de ano, a CAGE irá lançar ainda o Manual de Orientação do Gestor Público (com acesso público na *web*) e o novo Portal Transparência RS (<http://www.transparencia.rs.gov.br>), que se propõe a levar à sociedade uma melhor qualidade de informação tanto para os gestores públicos quanto para os maiores interessados, a população em geral. Nesse quesito, destaco a importância do controle social como ator fundamental para a erradicação deste mal maior que assola muitas nações.

“Corrupção”, por sinal, foi eleita a palavra do ano por 37% dos brasileiros ouvidos pela CAUSE, consultoria especializada na identificação e gestão de causas, em parceria com o Instituto Ideia Big Data. Essa palavra passou a expressar o humor de todos ao vermos expostos na mídia, quase diariamente, desde pequenos atos corruptos até grandes escândalos de corrupção. O momento atual, não só no Brasil, mas especialmente nele, reforça a importância de lembrarmos da existência também aqui do dia dedicado ao Combate à Corrupção, pois ele representa o esforço e combate diário que todos devemos fazer para que, um dia, isso seja página virada em nossa biografia social.



CONACI

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE INTERNO

Orientar e controlar a gestão, proteger e combater seu mau uso dos recursos públicos com gestão fiscal responsável, transparência e estímulo ao controle social é a nobre missão institucional da CAGE Gaúcha. Mas sabemos nós que isso só não se faz suficiente para combater as corrupções em seus diversos aspectos e nuances se não houver o engajamento pleno das pessoas, de todos nós, diariamente, a agir em prol desse bom combate. Está na união de todos os segmentos da sociedade, e neste vetor particular, de todos os Órgãos de Controle de Gestão Pública já referidos, a única possibilidade, neste momento da história nacional, de transformarmos de vez a “caixinha do Adhemar” num simples conto pitoresco do nosso passado recente. E não há espaço para retrocessos neste combate que é de todos. Como cidadão, estou totalmente engajado. E você, já pensou sobre isso? Bem-vindo, Dia Internacional de Combate à Corrupção!

Álvaro Fakredin é subsecretário da Fazenda, Contador e Auditor-Geral do Estado do Rio Grande do Sul e presidente eleito do Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI) – Biênio 2018/2019

Obs: O conteúdo do artigo é de total responsabilidade do autor e não reflete necessariamente a opinião do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci).